

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 4 | edição nº 2 | 2015

*Signos em Desmonte: Sobre os
fundamentos sociais e históricos do
realismo estrutural*

Lara Martim Rodrigues Selis



A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA), EBSCO Publishing e Latindex

**SIGNOS EM DESMONTE:
SOBRE OS FUNDAMENTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DO REALISMO
ESTRUTURAL¹**

Lara Martim Rodrigues Selis²

Resumo: O presente artigo visa elaborar uma investigação sociológica sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz. Presume-se que, uma vez descontextualizado, todo conhecimento torna-se potencialmente absoluto; por isso, a necessidade de analisarmos os significados daquela teoria, esclarecendo suas práticas fundantes. Para tal, somam-se os argumentos do campo da sociologia do conhecimento à uma investigação sobre a estrutura política e social dos EUA. Ao fim, conclui-se que a tendência metódica e ontológica do neorealismo pode ser associada ao seu contexto original da Guerra Fria, implicando um pensamento que constitui, basicamente, um baluarte dos interesses norte-americanos.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais; Sociologia do conhecimento; Neorealismo; Kenneth Waltz

**BEHIND THE SIGNS:
A study of the social and historical foundations of structural realism**

Abstract: Drawing on insights from the sociology of scientific knowledge, the paper investigates the neorealist theory of Kenneth Waltz. Through these lenses, the paper suggests that the studies of the neorealist's foundational practices constitute an important exercise to problematize the naturalized and universalized concepts that prevail in the IR discipline. In this sense, the paper concludes that the methodical and ontological tendency of neorealism can be associated to its original context of the Cold War, implying a thought that basically constitutes a bulwark of American interests.

Key words: Theory of International Relations, Sociology of scientific knowledge; Neorealism; Kenneth Waltz.

¹Esse artigo constitui parte da dissertação de mestrado intitulada "DESLIMITES DA RAZÃO: Um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz", defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da UNB em 2011.

² Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (2008) e mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2011). Atualmente é doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Professora Assistente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem experiência na Área de Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria das Relações Internacionais, Filosofia das Ciências, Pós-colonialismo e América Latina. Contato: laramrselis@gmail.com

Introdução

*Mas que coisa é homem,
que há sob o nome:
uma geografia?*³

Alguns caminhos podem ser estabelecidos a fim de compreendermos a imagem política desenvolvida pelo neorrealismo. O mais comum, e frequentemente empregado, relaciona-se à investigação metateórica orientada ao entendimento das criações conceituais que compõem tal vertente. Todavia, outro caminho poderia ser traçado, qual seja, o da pesquisa sociológica. Tal perspectiva busca compreender o porquê das questões, dos modelos e das soluções abordadas. Isso é, analisar a qualidade normativa subjacente ao processo de seleção – inclusão ou exclusão – dos temas estudados, desvelando seus possíveis fundamentos políticos e culturais emanados da sociedade. Afinal, questiona-se: a natureza materialista e conflituosa das problemáticas abordadas pelo neorrealismo, ou mesmo a descrição do Estado como ator racional e central, seriam frutos de condicionantes puramente intelectuais? Para os estudiosos da sociologia do conhecimento, “não”.

Conforme explica Goldman (1994), tal abordagem analisa os significados e as formas do conhecimento a partir de suas interações com as instituições, tradições e práticas sociais dos grupos que os constituem. Assim, embora haja uma diversidade de correntes sociológicas, cada qual considerando graus distintos de implicação do ambiente social sobre a produção intelectual, os estudos desse campo compartilham a definição do pensar como atividade coletiva, uma vez que, nessa perspectiva, os meios disponíveis para que expressemos nossas experiências são limitados socialmente⁴.

Ainda, segundo as análises de Mannheim (1980), o processo intelectual desenvolve-se de acordo com as mudanças gerais no relacionamento existencial do homem, e entre este e as coisas. Conforme as reflexões daquele autor, o conhecimento expressa um tipo específico de vinculação entre o sujeito conhecedor e o objeto analisado. Por isso, o autor refere-se ao historicismo como uma ferramenta positiva de estudo, visto

³Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. Especulações em torno da palavra homem. In: _____. *Antologia Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.182-185.

⁴A corrente representada por nomes como David Bloor e Barry Barnes percebeu e sustentou a possibilidade de desenvolver críticas ao racionalismo e ao realismo epistemológico clássico. O debate lançado por esses autores parte da tese filosófica do externalismo que, há tempos, compõe o campo das ciências sociais. Tal orientação propõe o entendimento das produções científicas por meio da consideração, em maior ou menor grau, dos fatores normalmente considerados “exógenos” à própria ciência, i.e., externos à estrutura teórica, metodológica ou lógica do processo cognitivo. Esses fatores seriam de natureza psicológica ou sociológica – ambiente social, econômico, político, etc.

que provê “a home and a context of meaning for our methodological analyses” (MANNHEIM, 1980, p. 431). Dessa forma, somado à história, o campo da sociologia contemporânea tem desenvolvido importantes estudos sobre as dinâmicas das ‘consciências’ coletivas, revelando o caráter improvável da suposição de que o conhecimento é adquirido de forma isolada (ELIAS, 2008).

Seguindo essas reflexões, a presente análise é sublinhada pela tese da práxis, sobre a qual estabelecemos o vínculo recíproco entre a teoria realista e o ambiente social norte-americano. Assume-se que o pensamento realista, desde sua versão clássica à revisão de Kenneth Waltz, influenciou a disciplina das RI e a política externa dos EUA, tão logo foi influenciado por essa prática governamental e pela tradição epistemológica das ciências sociais norte-americanas. Por isso, atentar-nos-emos à história externa do mesmo, isto é, à compreensão de sua evolução enquanto integrante do contexto das ciências sociais americanas e das contingências sócio-políticas do país de origem.

Nesse sentido, do campo específico das Relações Internacionais, retomamos as contribuições dos teóricos críticos⁵ que também questionam os procedimentos de objetivação, abstração e categorização decorrentes dos modelos monolíticos. As análises da Teoria Crítica, por exemplo, opõem-se às pretensões científicas da filosofia moderna focando-se no esclarecimento da natureza social, histórica e linguística dos significados cognitivos – e sua vinculação com as relações de poder. Ao fazê-lo, aqueles intelectuais buscam denunciar o potencial totalitário de uma forma particular de razão – a racionalidade instrumental – a qual teria, desde o Iluminismo, delineado o pensamento anglo-saxônico.

Pois então, apoiados nessas acepções, contestamos o *status* de fato ou de dado das estruturas e instituições expostas no neorealismo, especificamente o elaborado por Kenneth Waltz, investigando suas origens e influências históricas e sociais. A partir desse estudo, como expõem Robert Cox (1981) e Richard Ashley (1986), a teoria neorrealista pode ser percebida como parte da teoria social moderna, a qual mantém as tensões do

⁵ Nesse sentido, o termo refere-se ao quadro amplo de teóricos que, especialmente após a década de 1980, passam a opor-se aos discursos positivistas/empiristas produzidos pela comunidade intelectual anglo-americana, problematizando-os como o arquétipo da interpretação científica do ocidente moderno, sinônimos da aplicação de um modelo universal de racionalidade. Tal será a crítica central da chamada “agenda dissidente” nas RI, que, dentre outras questões, aponta o caráter inadequado do modelo positivista para as ciências humanas, delineando, ao contrário, a necessidade de se fundamentar todo conhecimento sobre o mundo social nas relações históricas, culturais, ideacionais e de poder que os engloba.

período representadas pelas díades fato/valor, sujeito/objeto, internacional/doméstico, dentre outras.

Assim, entre outros aspectos, a fundamentação teórica do realismo estrutural será lida nesse trabalho como possível reflexo de um *modus operandi* dominante na produção do conhecimento, próprio de uma época, de uma sociedade e de instituições particulares que dele dependem e, por conseguinte, o promovem. Paralelamente à perspectiva de Cox (1981), partimos da ideia de que a tendência metódica do neorealismo em objetivar a história pode ser associada ao seu contexto original da Guerra Fria, implicando um pensamento que constitui, basicamente, “a concern for the defence of American Power as a bulwark of the maintenance of order” (COX, 1981, p. 131).

Em termos metódicos, os estudos sociológicos sobre a produção científica nas RI (ALKER e BIERSTEKER, 1984; HOFFMANN, 1977; WÆVER, 1998; SMITH, 2002) comumente fazem o uso de três variáveis interpretativas, a saber: 1) quadro biográfico dos sujeitos; 2) estrutura social e política 3) tradições e instituições acadêmicas. Tais foram os níveis explanatórios investigados na dissertação de mestrado, da qual esse artigo deriva. No entanto, em vista do espaço para o desenvolvimento deste, condensaremos a discussão em alguns eixos da segunda variável, com ênfase na interação entre a academia norte-americana e as dinâmicas sócio-históricas daquela nação no pós Segunda Guerra.

Com base nos estudos de Peter Wagner et al. (1991), argumentamos pelo paralelo entre a história do pensamento sobre a política internacional e os desenvolvimentos políticos dos EUA, especialmente no pós-45. Segundo a tese daqueles autores, o tipo de organização estatal e as formas de ação sobre a sociedade influem sobre as demandas por conhecimento científico, de modo que os processos de política pública alteram as questões intelectuais, bem como são alteradas pelas respostas dos cientistas sociais a elas. Ademais, acrescentamos a essa reflexão a sugestão de Ole Wæver (1998), que propõe uma ampliação da tipologia de Peter Wagner por meio da inserção da política externa ao componente estrutural de análise.

Nesse sentido, os processos políticos da nação estadunidense – especialmente à época delimitada entre os anos 1930 e 1980 – demarcam nosso estudo, também atento (embora marginalmente) ao liberalismo, compreendido como raiz ideológica central do pensamento norte-americano e dos desígnios estatais à academia. Cabe mencionar, contudo, que devido a tal ênfase teremos que diminuir a atenção dedicada a outras esferas,

como interesses econômicos estruturais e orçamentários. Com isso, não se pretende abstrair a importância desses elementos, nem tampouco simplificar a multicausalidade do fenômeno, mas apenas realizar o recorte necessário ao debate travado nesse espaço.

2. Estado e Sociedade: As Condições do Conhecimento

*Theory is not only the result of knowledge, whereby empirical findings are generalized; theory is also the very condition of knowledge*⁶

As tradições intelectuais, segundo Shils (1970), são compostas por um componente cognitivo e por uma extensão espacial. Portanto, o desenvolvimento dessas tradições não se restringe à dinâmica puramente intelectual, sendo igualmente sensível aos constrangimentos sociais, ao papel da institucionalização dos campos de pesquisa, e aos elementos culturais e ideológicos da nação em que se desenvolvem. Nesse sentido, os fatores externos, ou não cognitivos, atuam no impulso a certos temas e modelos de análises para os campos de pesquisa.

Como propomos na exposição ulterior, as dinâmicas institucionais americanas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, teriam delimitado caminhos favoráveis ao passeio racionalista. Inicialmente, a existência de um arcabouço cultural atuante nos esboços intelectuais da nação nos chama atenção. De acordo com Gordon (1991, p.606), as concepções sobre a ciência estariam subscritas por variáveis culturalmente específicas, de modo que “what we call ‘scientific knowledge’ reflects the metaphysical beliefs of only a part of humankind, and perhaps indeed the smaller part”.

Nesse raciocínio, destaca-se a tese de Hoffmann (1977) que sugere um vínculo entre as perspectivas metodológicas norte-americanas e a confiança filosófica que aquela sociedade deposita na razão enquanto motriz do progresso social. Tal crença constituiria, portanto, o fundamento para as disposições intelectuais do país, que passa a consultar amplamente o modelo das ciências naturais⁷ para o estudo das demais áreas do conhecimento. Ainda, segundo Ralf Dahrendorf (2006), os Estados Unidos da América representariam *the enlightenment applied*, na medida em que a sociedade, além de adpta à

⁶ GUZZINI, Stefano. *Realism in International Relations and International Political Economy: the continuing Story of a Death Foretold*. New York and London: Routledge, 1998, p. xi (prefácio).

⁷ Cabe notarmos que tal argumento não pretende supor uma ausência de correntes filosóficas contrárias ao modelo racionalista da ciência. Todavia, modelos alternativos, como expressos pelas linhas metodológicas pós-positivistas (no sentido mais inclusivo do termo) representem uma tendência menos expressiva, em termos relativos e quantitativos (ALKER; BIERSTEKER, 1984).

inserção dos métodos racionais no trato dos problemas da vida social, absorveu outras características centrais da tradição liberal do iluminismo, como os princípios da igualdade, mobilidade e comunidade.

Dessa forma, logo nas primeiras décadas do século XX, a sociedade norte-americana comunica uma tendência metódica específica. Naquele período, marcados pela consolidação nacional e reconstrução econômica, os EUA aprofundam a crença depositada na capacidade da razão em propiciar soluções neutras e objetivas aos problemas da sociedade moderna. Assim, presume-se que as questões emergentes com a delimitação do Estado norte-americano teriam impulsionado os princípios cartesianos para a racionalidade investigativa, interessada no alcance eficaz da previsibilidade. Com isso, ampliou-se o uso corrente das técnicas científicas, da engenharia social e da institucionalização de sistemas racionais de regulação e controle da sociedade.

Nessa tradição, em especial nos EUA, os dados e os fatos ganham status privilegiado por serem considerados instrumentos objetivos e neutros do discurso, ressaltando o espaço restrito oferecido por essa intelectualidade aos elementos subjetivos, como valores e crenças (GALTUNG, 1981). De forma geral, tal compromisso com a secularização das metas sociais e científicas trouxe, no âmbito da produção de conhecimento, a corrente racionalista enquanto fundamentação teórica e o positivismo como metodologia. Desse modo, dentre as disciplinas das pesquisas humanísticas, a ciência política nos EUA tendeu à identificação com o conteúdo dos estudos econômicos, dedicados a um objeto envolto por escassez, competição e poder, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. O intuito em compreender as dinâmicas do poder e sua relação com os conflitos sociais aproximou os dois campos, abrindo caminho para os estudiosos do campo internacional, na segunda metade do século XX.

Portanto, como argumentam os estudos de Peter Wagner et al. (1991), as dinâmicas públicas promovidas pelo Estado norte-americano no pós-45 geraram efeito sobre as demandas por conhecimento científico, de modo que “study of the historical contexts discloses that the relationship of the social sciences to the state varies with the form of state development and with the nature of the problems on the public agenda” (WAGNER et al, 1991, p. 6). Como analisado a seguir, os modelos cognitivos do campo nascente das RI dinamizam-se conforme os problemas que ecoam na sociedade, os quais dependem das

estruturas institucionais que respondem pelo Estado, bem como do legado político, econômico, cultural e ideacional que animam aqueles que as compõem.

2.1 O fortalecimento do Estado nacional e sua inserção nos estudos sociais (1930-1950)

Por volta de 1920, as ciências sociais já usufruíam de incentivo privado e vínculos com a administração pública, no entanto, é apenas a partir da década seguinte que tal processo revela-se particularmente intenso. Com a depressão econômica de 1929, novas demandas chegam à organização e à agenda públicas, alterando o tipo de interação entre o Estado e a sociedade – e, por conseguinte, entre aquele e as produções científicas. Nesse sentido, o plano de ação do governo de Franklin Roosevelt, conhecido como *New Deal*, aproxima de maneira inédita os pesquisadores e os centros de decisão política. Ambas as ações perduram e aprofundam-se nas três décadas seguintes, expandindo os estudos políticos para além das salas acadêmicas, indo em direção às organizações governamentais com a criação de agências federais⁸ e aparatos de consultoria.

Conquanto o programa do presidente F. Roosevelt em resposta à crise dos anos 1930 não consistisse em um modelo coeso de reformas políticas, econômicas e sociais, ele acabou lançando as bases para o estado keynesiano e os demais procedimentos de intervenção estatal com vistas ao bem-estar social. Tal processo contou também com o restabelecimento das instituições políticas democráticas, as quais impulsionaram os princípios liberais como modelo ideal e, posteriormente, contraposto à organização estatal comunista. Dentre esses valores, destacou-se a noção de cidadania que foi então ampliada e vinculada à função nacional. Em decorrência, consolidou-se a predominância cultural do liberalismo, também associado ao impulso da filosofia racionalista no âmbito acadêmico⁹.

⁸ Dentre as agências decorrentes do *New Deal*, podemos citar: CCC (*Civilian Conservation Corps*), TVA (*Tennessee Valley Authority*), AAA (*Agricultural Adjustment Administration*), PWA (*Public Works Administration*), FDIC (*Federal Deposit Insurance Corporation*), SEC (*Securities and Exchange Commission*), CWA (*Civil Works Administration*), SSB (*Social Security Board*), WPA (*Works Progress Administration*), NLRB (*National Labor Relations Board*).

⁹ Os estudos científicos sob aquele signo acreditavam nutrir o princípio da liberdade social, pois ao esclarecerem as alternativas racionais em curso, estavam facilitando as chances de livre escolha e de controle sobre os fatos (WAGNER et al, 1991).

As décadas de 1930 e 1940 foram também marcadas por autores como Robert Merton e John Dewey que, dentre outros, promoveram a filiação entre investigação científica e governos democráticos, acreditando que ambos apontavam um *ethos* convergente: bastiões do universalismo e da neutralidade (AMADAE, 2003). E assim, plantou-se a ideia de que tal par constituía polo oposto tanto ao provincianismo cristão, como aos regimes nazi-fascistas. Desse modo, os valores que prescreviam a pesquisa nos EUA – busca da verdade, liberdade de investigação, debate e publicação – legitimavam-se por mostrarem-se consoantes aos mesmos princípios pelos quais Washington se posicionava no exterior (HOFFMANN, 1977).

Ademais, herdeira da ideologia oitocentista, a cultura norte-americana tendia a julgar a aplicação prática da razão humana como um meio eficaz de amenizar e evitar fracassos sociais. Nesse sentido, o período posterior ao conflito mais devastador da história – e contemporâneo da emergência comunista e da instabilidade econômica internacional – serviu propiciamente ao fortalecimento da confiança coletiva na resolução dos problemas pela aplicação do método científico. Abria-se, assim, um espaço importante de desenvolvimento para a pesquisa social, tanto no âmbito interno, pelo auxílio às entidades de assistência social, como na esfera internacional, devido às intempéries do pós-guerra.

É então nesse cenário que ocorre a ampla circulação do termo ciência política, em que autores como Lasswell, Yehezkel Dror e Alain Enthoven acessam o debate global da disciplina argumentando pelo potencial de suas pesquisas para a vida coletiva. Assim, já nos primeiros anos após a Segunda Guerra, a ciência política assume a função de análise dos problemas fundamentais do homem na sociedade (LASSWELL, 1951, p. 8), assistindo temas relevantes ao período, como os níveis de emprego, as condições de igualdade e de paz. Por essa perspectiva, caberia aos pesquisadores daquele campo uma preocupação com questões de escopo universal, que escapassem ao mero alinhamento técnico às demandas das burocracias estatais. Todavia, conforme explica Lasswell (1951), esse último componente não se ausentou dos objetivos centrais da disciplina nos EUA, que então se revezava entre o desenvolvimento científico autônomo e a provisão de informações e interpretações concretas aos atores políticos da nação.

Tal interação entre o campo teórico e prático atinge amplo reconhecimento, e escopo alargado, no pós-1945. De tal modo, o olhar antes voltado ao âmbito interno da nação passa a mirar a paisagem internacional, cada vez mais atrativa aos pesquisadores dos

EUA pela posição inédita assumida pelo país. Apesar de tardia, a inserção do Estado norte-americano no segundo conflito global representou um importante trampolim político e econômico para a nação. O papel decisivo na vitória da Tríplice Entente durante a Primeira Guerra, em que o país somou forças e assumiu posição entre às potências internacionais da época, repetiu-se em 1941, quando as tropas americanas investiram intensamente na vitória dos Aliados. Assim, a escalada iniciada em 1917 certamente manteve-se ascendente durante os anos posteriores, de modo que a força dos EUA no plano político internacional após 1947 assume proporções maiores do que o país jamais experimentara.

Segundo a tese defendida por Stefano Guzzini (1998), o novo patamar político e econômico ocupado pelos EUA com início da Guerra Fria criou responsabilidades para as quais a diplomacia americana não estava preparada. A falta de profissionalismo da elite política do país tornou necessária a promoção de um curso intensivo: uma formação intelectual ancorada em uma teoria científica que orientasse os tomadores de decisão. Tão logo surge a demanda, os pensadores realistas assumem o papel de lecionar e formular esse novo conhecimento, preservando, em suas variadas vertentes, aquele esforço em estabelecer uma base intelectual para a aplicação sistemática das produções acadêmicas da área às necessidades dos formuladores (e executores) políticos.

Visto dessa maneira, o realismo originou-se como uma tentativa de transformar as “máximas da diplomacia europeia do século XIX em uma teoria científica” (GUZZINI, 1998, p. ix prefácio); de modo que, durante o processo, pensamento realista, comunidade científica e política externa norte-americanas dinamizaram um movimento de influência recíproca e contínua. A partir de tal encadeamento, nasceu uma corrente de pensamento disposta a traduzir e elaborar em termos conceituais um programa político específico, orientada a uma superpotência, então envolta por um conflito bélico e ansiosa por estudos estratégicos.

Tais condicionantes representam importantes peças interpretativas do conteúdo intelectual do realismo, que reforça, e é reforçado, pelo contexto da Guerra Fria. De forma abreviada, a origem política desse pensamento coadunou-se com um grupo atuante em meados de 1940, cujas ideias, sob signo de axioma Riga¹⁰, advogavam por uma postura

¹⁰ O axioma Riga representa um conjunto de visões assim denominadas devido ao local onde estava instalado um grupo de especialistas no estudo do regime soviético, dentre os quais: George F. Kennan, Loy Henderson

americana mais austera com relação a URSS – pautada na crítica ideológica às práticas soviéticas julgadas expansionistas e antidemocráticas (GUZZINI, 1998). Impulsionada por nomes como George F. Kennan, Loy Henderson e Charles Bohlen, tal perspectiva fortalece-se a partir da administração de Truman, que a dota de suporte institucional caracterizando a conhecida “política de contenção”. Essa prática orientará grande parte das movimentações norte-americanas durante o contencioso, expressando a resposta de um país, cujos olhos vestiram-se de lentes realistas para a análise do conflito e das políticas do bloco inimigo, no caso, a União Soviética (GUZZINI, 1998).

Desse modo, conduzidos por George Kennan, os servidores norte-americanos apreendem as ações da URSS como sendo partes de uma política de poder, pragmaticamente voltada ao estabelecimento de esferas de influência, e cuja ação desconsiderava predicados éticos ou legais, ao passo que se pautava em uma análise de interesse e correlação de forças (GUZZINI, 1998). Como consequência da edificação gradual dessa percepção de mundo, separado por duas antípodas, as estratégias internacionais dos EUA passaram a adotar um olhar total, preocupado com o equilíbrio de poder mundial e, por conseguinte, com a contenção da influência comunista, sob uma lógica de soma zero.

Ademais, a extensão do conflito majora a relevância política do Departamento de Defesa americano, aumentando-se os recursos dedicados ao mesmo. Com isso, crescem as pesquisas financiadas por esse órgão, tornando a segurança nacional tanto um tema central da agenda pública, como reforçando sua posição de destaque dentre os objetos de estudo do campo das Relações Internacionais.

Portanto, embora o vínculo entre as elaborações realistas e as políticas governamentais não fosse integralmente convergente, podemos concluir sem riscos de arbitrariedade que a primeira onda daqueles intelectuais integrou as bases para o novo pensamento e para a política externa americana na segunda metade do século XX. As perspectivas conceituais de personalidades como Hans Morgenthau, Arnold Wolfers, Henry Kissinger, George Kennan, Osgood, Walt Rostow e McGeorge Bundy serviram aos interesses da época, auxiliando em funções como:

Exorcise isolationism, and justify a permanent and global involvement in world affairs; rationalize the accumulation of power, the techniques of

e Charles Bohlen. Após a revolução Bolchevique, Riga, na Letônia, passa a integrar a URSS (GUZZINI, 1998).

intervention, and the methods of containment apparently required by the cold war; explain to a public of idealists why international politics does not leave much leeway for pure good will, and indeed besmirches purity; appease the frustrations of the bellicose by showing why unlimited force or extremism on behalf of liberty was no virtue; and reassure a nation eager for ultimate accommodation, about the possibility of both avoiding war and achieving its ideals (HOFFMANN, 1977, p. 48).

Diante deste quadro, desenha-se a reciprocidade entre as contingências políticas dos EUA e o realismo clássico, cujas entrelinhas normativas teriam atuado sobre a consciência social americana até os anos finais de 1950. Em termos ontológicos, as tantas guerras travadas pelos EUA para sua independência e constituição, além das decepções com o sistema de segurança coletiva, conhecido como Liga das Nações, e a violenta experiência da II Guerra Mundial e do subsequente conflito bipolar legitimaram a política de poder como base metafísica dos estudos lançados às relações internacionais naquele país. Assim, nesse período, o fortalecimento dos valores¹¹ realistas e a presença de imigrantes europeus dentre seus principais autores trouxeram para o campo teórico uma preocupação particular com a histórica e um interesse especial pelas dinâmicas de poder.

De forma geral, tais transformações na área direcionaram-se especialmente às inovações ontológicas, sem que uma alteração epistemológica fosse necessariamente generalizada. Nessa fase original da disciplina nos EUA, a tradição epistemológica da comunidade acadêmica norte-americana ainda encontrava-se mesclada às tendências teóricas e filosóficas da migração alemã. Como explica Alker e Biersketer (1984), entre 1930 e 1940, escritores importantes como Arnold Toynbee, E.H. Carr, Hans Morgenthau e Quincy Wright buscaram oferecer uma versão científica e moderna dos discursos históricos tradicionais, muito embora cada qual se apoiasse em uma concepção distinta sobre o que seria um modelo adequado de ciência.

Como mencionado, conquanto os debates epistemológicos fossem difusos entre as correntes existentes, no âmbito ontológico a delimitação se fez mais intensa, construindo uma agenda voltada ao fenômeno das guerras e sua prevenção como objeto de estudo geral. Tal qualidade foi legada às produções dos chamados neorealistas, que mantêm em suas principais publicações a linha temática associada à compreensão dos fenômenos bélicos do sistema de Estados e a percepção metafísica de um mundo político externo

¹¹ “Traditionally, realists have valued prudence, respected the sovereignty of great powers and been concerned with maintaining world order for one or several of them, while their ‘communitarian’ opponents (to suggest a less pejorative label) have sought legal, religious, societal, historical or other communitarian bases for international government of some kind” (ALKER; BIERSTEKER, 1984, p. 124).

dinamizado por estratégias de poder e recursos materiais. Nesse sentido, como apontou Ashley:

In neorealist eyes [...] classical realists were quite correct in their emphasis on power, national interest, and the historically effective political agency of the state. Unfortunately, when held up to modern scientific standards of theory, these classical realists scholars seemed to fall woefully short (ASHLLEY, 1986, p. 260).

Sendo assim, a conhecida movimentação metodológica em favor do positivismo (que diferencia as propostas neorrealistas de seus precedentes) irá consolidar-se no campo das ciências sociais americanas apenas a partir da década 1960, caracterizando o período em que as tendências racionalistas dos EUA ganham fluidez. Impulsionados pela relevância das pesquisas tecnológicas – crescentes desde seu papel central na vitória dos Aliados e imprescindíveis na disputa nuclear – e pelo relativo sucesso das pesquisas pragmáticas e empíricas, os discursos behavioristas¹² alcançam posição privilegiada durante a segunda metade do século XX, como veremos a seguir.

2.2. *The epistemic drift* e a racionalização do discurso político americano

Entre as décadas de 1960 e 1970, verifica-se nos EUA o amadurecimento do Estado intervencionista e a centralidade do Departamento de Defesa Nacional. Paralelamente, emerge uma nova onda de pesquisadores realistas que iniciam dois importantes movimentos de especialização: um temático, ainda focado nos estudos estratégicos, mas preocupados com a nova dinâmica de uma guerra termonuclear; e outro metódico, sob forte influência dos modelos teóricos econômicos e da teoria da escolha racional. Assim, *the epistemic drift*, como denominou Wagner (1991), delimitou-se especificamente entre os anos finais de 1950 e início de 1970 e expressou uma fase de integração consensual entre cientistas sociais e atores políticos, em que ambos exerceram apoio mútuo às reformas respectivas.

O aprofundamento da Guerra Fria e os imperativos da nova função de polícia internacional estimularam nos EUA a criação de consultorias e entidades de pesquisas voltadas à promoção de controles sociais e avanços tecnológicos. Como apontou S. M.

¹² Os autores Alker e Biersteker (1984) referem-se ao modelo científico behaviorista por meio de uma concepção inclusiva. Nessa, são destacados os comprometimentos metódicos comuns aos adeptos de tal modelo, como: adesão filosófica à apreensão neutra e objetiva da realidade, representada pela estratégia pautada na construção de hipóteses, empiricamente testáveis, ou ainda, na identificação de leis objetivas, eternas e universais, com uma capacidade gerenciamento social, pautado num *expertise* técnico. Em termos específicos, a tradição behaviorista seria representada pelas teorias neorrealistas e liberal-internacionalista.

Amadae (2003), o aspecto racionalista dos estudos e das análises estadunidenses pode ser compreendido por meio da práxis política do país, em especial nos assuntos de defesa e segurança. Para aquela autora, o desenvolvimento da teoria da escolha racional efetivou-se inicialmente no âmbito da segurança nacional, passando posteriormente à institucionalização acadêmica.

Assim, na área de interesse internacional, os pesquisadores conectados a Washington elaboraram redes de intercâmbio intelectual oficiais. Após 1960, os analistas foram postos de fato no centro de formulação política, ao contrário do caráter consultivo da relação nas duas décadas anteriores (HOFFMANN, 1977). Com a vitória eleitoral de John F. Kennedy em 1961, e a posse subsequente de Robert McNamara como Secretário de Defesa (1961-1968), inicia-se um movimento de reorganização do Pentágono, que ascende como um dos órgãos federais centrais, absorvendo 10% da verba do país e 50% de cada dólar de imposto (AMADAE, 2003).

Tal cenário intensificou-se dado a ocorrência em 1962 da conhecida crise dos mísseis de Cuba – um evento significativo pelo impacto que exerceu sobre o *status quo* da Guerra Fria. Em outras palavras, durante essa crise a competição entre as duas superpotências alcançou níveis mais diretos e conflituosos, o que, somado aos perigos de uma guerra nuclear, agravou o ambiente de reflexão estratégica. Por conseguinte, esse fenômeno acarretou transformações no cenário internacional, especialmente com relação a sua agenda que passa a atentar-se aos cálculos e planejamentos que administrassem as ameaças de um conflito nuclear, encontrando soluções eficazes.

Assim, sob nova administração, os processos decisórios do Pentágono foram gradativamente redefinidos, passando a atuar sob bases racionais e objetivas, advindas da influência dos *think tanks*, como a *RAND Corporation*. Criada na década de 1940, tal corporação caracterizou-se como primeiro órgão autônomo de pesquisa militar americana, a ponto de tornar-se, nas palavras de Amadae (2003), a instituição arquetípica da Guerra Fria. No final da década de 1950, as linhas de pesquisas da instituição dedicavam-se à estratégia, à logística e à guerra termonuclear, todas sob a rubrica das “análises de sistema”. Pautados em uma metodologia interdisciplinar e quantitativa, os cientistas da RAND ambicionavam desenvolver uma ciência total da guerra, por meio da qual os problemas estratégicos, não importam quão complexos, poderiam ser solucionados por uma análise política racional, rigorosa e objetiva.

Sob administração de H. Rowan Gaither Jr., a corporação passa a receber auxílio financeiro da Fundação Ford, destacando-se dentre os centros de produção intelectual do país e expandindo sua influência sobre os quadros acadêmicos. Com intuito de oferecer conselhos políticos ao governo, tal grupo representava o prestígio das instituições filantrópicas e civis que usufruíam de um papel privilegiado frente aos agentes federais. Isso porque, acreditava-se que, ao contrário desses últimos, os grupos intelectuais seriam suficientemente neutros para sustentar pesquisas desprovidas das controvérsias partidárias (AMADAE, 2003).

Conforme defende Amadae (2003), a emergência da teoria da escolha racional esteve vinculada ao papel da RAND Corporation e de instituições afins na promoção dessas tecnologias de decisão racional e de análise sistêmicas, que posteriormente conferiram efeitos derrame sobre os padrões de escolha pública do governo federal, e dos currículos universitários.

Rational choice theory as a social scientific method and rational policy analysis as a decision technology share key theorists, core ideas, institutional venues, and source of funding. Any attempt to understand the phenomenal success of rational choice theory within the social sciences must acknowledge the interconnections between rational choice as a decision tool for government policy initiatives and as an explanatory device for predicting the outcomes of human action (AMADAE, 2003, p. 28).

O princípio ordenador desses mecanismos decisórios assentava-se na objetividade e no rigor científico orientados para uma administração racional da sociedade. Em termos normativos, a expansão dos programas da RAND divulgou uma postura favorável à liderança social de uma elite educada que não pertencesse à arena pública – que Amadae (2003) denomina de “elite tecnocrática” – cujo *expertise* “could guide the nation through challenging policy decisions” (AMADAE, 2003, p.36).

Entusiasta dessa ideia, Robert Mcnamara assume o Departamento de Defesa comprometido com a transposição das análises racionais para o aparato governamental. Antes de inserir-se no quadro burocrático do Estado, Mcnamara ocupava a presidência da companhia Ford Motor, que lhe rendeu uma experiência profissional particular com as técnicas de gestão racional da empresa (fordismo) levadas consigo para a administração pública. Assim, enquanto secretário, Mcnamara buscou sistematizar as burocracias federais e racionalizar o tradicional *modus operandi* dos militares.

Por essa perspectiva, os processos decisórios seriam esvaziados da política *strito sensu*, cedendo lugar ao argumento da neutralidade e objetividade da escolha racional e da

autoridade científica. Acreditava-se que o método de resolução de problemas desenvolvido pela RAND produzia planos realísticos e racionais, sendo assim valorizados por expressarem resultados supostamente despersonalizados, desburocratizados e, sobretudo, despoliticizados. As chamadas técnicas de decisão racional expressavam um regime de produção de conhecimento, orientado a maximizar a capacidade militar em vista de alcançar os objetivos nacionais; além de promover tecnologias que aperfeiçoassem as escolhas estratégicas, como a racionalização da gestão por meio do programa de planejamento orçamentário (o “PPBS”).

A aplicação desse programa na organização militar permitiu o acesso da linguagem econômica (*inputs/outputs*) à área de estratégia e de operações. A inserção da lógica “custo-benefício” nas atividades decisórias da segurança nacional operou o reconhecimento das análises políticas como método viável, que então transbordou para as demais agências federais, em especial, para os programas de assistência social do presidente Lyndon Johnson (1963 a 1969).

De acordo com B. Wittrock, P. Wagner e H. Wollmann (1991), o aprofundamento do Estado intervencionista nos EUA e das instituições de assistência social em meados de 1960 resultou em demandas paralelas por análises das ciências sociais que auxiliassem na barreira aos processos sociais deletérios, como pobreza, aglomerações urbanas e poluição ambiental. Assim, a sociedade capitalista-industrial norte-americana, sob os moldes keynesianos¹³, amplia a atuação estatal que ultrapassa o campo das políticas econômicas inserindo-se no quadro das questões sociais.

Entrementes, houve inchaço do setor público, cuja aspiração por planejamentos racionais demandou um contrato de reformulação mútua das instituições políticas e de pesquisa social. Os programas da reforma democrática da administração de Lyndon Johnson, como *The War on Poverty* e *Great Society Program*, exemplificam a demanda governamental por recursos analíticos e informações universitárias, cuja produção passava a assumir um viés mais empírico e pragmático (WAGNER; WITTRÖCK; WOLLMANN, 1991).

¹³ Ressaltando os princípios cartesianos subscritos na consciência social americana, a ação de intervenção estatal é descrita, e legitimada, como um processo de racionalização do mercado de trabalho e da produção, mediante a aplicação de controles sociais. Isso é, ao invés de constituírem custos, legitimados por aparato moral, as políticas sociais representariam investimentos preventivos e racionais, em vista do desenvolvimento econômico da nação.

Tão logo transcorriam os anos de 1960, o congresso norte-americano também tornou obrigatório aos poderes, executivo e legislativo, a elaboração de uma pesquisa avaliativa a fim de supervisionar seus funcionamentos e produções (idem). Esse procedimento, por conseguinte, acarretou no aprimoramento das burocracias governamentais, em termos de suas capacidades analíticas, e o aprofundamento daqueles valores científicos. Segundo Wagner e Wittrock (1991), os atores federais contaram com o suporte da “coligação para reforma”, composta por pesquisadores, universidades e políticos, de cujos esforços emergiu, por exemplo, o *Office of Economic Opportunity*¹⁴.

Assim, a criação de novas instituições de pesquisa, voltadas ao pragmatismo federal, conduziu à validação de novos modelos cognitivos. Além de influírem nos objetos estudados, a institucionalização da área representou a “modernização” dos métodos de pesquisas sociais, que passam a operar com análises empíricas, neopositivistas e, sobretudo, quantitativas.

[Werner] Jann describes public-policy training in the United States as showing a preference for data rather than theoretical understanding, for microeconomics rather than political science, and for a professional rather than a disciplinary orientation (WAGNER et al., 1991, p. 14).

Dessa forma, a ampla validação dos modelos econômicos de racionalidade nos EUA seria credora de sua institucionalização anterior como prática social, que facilitou sua circulação antes mesmo de um reconhecimento acadêmico. Na perspectiva de Amadae (2003), o modelo do ator racional estratégico inaugurado pela teoria dos jogos na década de 1940 já era utilizado para o estudo das duas superpotências integradas pelo conflito nuclear, antes de se tornar popular entre os economistas. Assim, a crescente relevância do Departamento de Defesa no país, seguida pela implantação ampliada dos planejamentos orçamentários e das análises de sistema sobre a máquina estatal norte-americana, geraram demandas por profissionais qualificados, de modo a avançar tal influência sobre os currículos universitários.

Conforme aponta a pesquisa de Amadae (2003), grande parte dos autores vinculados ao modelo metodológico racional da economia esteve associada a esse mecanismo triplo: entre a sociedade, os pesquisadores e as agências federais. E assim, Kenneth Arrow, um dos grandes nomes ligados a escolha racional, formulou *Social Choice*

¹⁴ A agência *Office of Economic Opportunity* (OEO) foi criada em 1964 pelo presidente Lyndon Johnson, como parte da agenda legislativa para reforma nacional (*Great Society*). Àquele órgão foi delegada a função de coordenação dos programas sociais do governo, incluindo as ações do *War on Poverty*.

and Individual Values no verão de 1948 enquanto compunha o quadro dos pesquisadores da RAND Corporation. Do mesmo modo, Anthony Downs, James Buchanan e Mancur Olson, importantes autores do campo, integraram o corpo de consultores da RAND nos anos anteriores à formulação de seus textos.

Sob estímulo de Thomas Schelling, ex-pesquisador da RAND, a *Kennedy School of Government* abrigou esse movimento de reforma curricular. Ainda em Harvard, o então secretário de defesa, Robert McNamara, estimulou durante todo seu mandato colóquios que discutissem ideias integrantes da agenda política da época. Nesse sentido, relembramos que, justamente na ocasião de um seminário sobre o controle de armas, realizado em Harvard em conjunto com *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Kenneth Waltz lança a discussão sobre a estabilidade do mundo bipolar, exposta em seu artigo “*The Stability of a Bipolar World*” publicado em 1964.

Naquela ocasião, o autor mostra-se vanguarda no debate ainda incipiente acerca da qualidade bipolar da nova ordem. Por outro lado, essa concepção de um sistema de antípodas, dinamizado por uma estrutura orientada ao equilíbrio de poder, já começava a ser estimulada pelo governo de Kennedy. Este, em confluência com os relatórios estatísticos federais, identificou certa vulnerabilidade na postura defensiva dos EUA (*the missile gap*), sobretudo após o lançamento do satélite soviético Sputnik I. Com isso, a política governamental passa a privilegiar o desenvolvimento armamentista, a fim de pacificar, militarizando-se. Ou seja, teve início a estratégia *second-strike counterforce*, pautada no desenvolvimento em massa de arsenal nuclear, suficiente para evitar uma ofensiva soviética, devido à insustentabilidade de uma possível retaliação americana.

Tal ideia ganha eco acadêmico no premiado artigo de Waltz, *The Spread of Nuclear Weapons* publicado em 1981, no qual o autor formula uma explicação racional para a paz derivada do conflito nuclear. No entanto, cabe notarmos que o fundamento para essas noções já preenchia as reflexões de Waltz há alguns anos, como vemos no popular *Theory of International Politics*, ou *What will the spread of nuclear weapons do to the world? International Political Effects of the Spread of Nuclear Weapons*, ambos publicados em 1979.

O ambiente intelectual e a estabilidade decorrente da corrida armamentista entre dois blocos celebram a tendência de Waltz ao olhar sistêmico e racional dedicado aos temas consoantes à segurança nacional. Se nos atentarmos à produção bibliográfica

daquele autor, podemos notar uma progressão paralela às transformações temáticas e metódicas assinaladas pelos condicionantes político-sociais. Dessa forma, conforme demonstra o quadro abaixo, enquanto as publicações de Waltz entre 1959 e 1962 caracterizaram-se por debates filosóficos e teóricos, sobretudo sobre a temática das guerras, a partir de 1964 em diante assumem tom pragmático, em que grande parte dos artigos e livros discorre sobre análises voltadas às políticas de segurança e defesa, em especial sobre a guerra nuclear, ou acerca das características e formas de gerenciamento da estrutura internacional.

Quadro 1¹⁵

Principais títulos de artigos e de livros de Kenneth Waltz, classificados conforme ano de publicação e categorias (Teoria, Política Internacional, Relações Militares e Política Externa).

Fins de 1950	
Teoria	1 - "Man, the State, and War: a theoretical analysis" (1959) 2 - "Political philosophy and the study of international relations" (1959)
Política Internacional	
Relações Militares	1 - "Reason, will, and weapons" (1959)*
Política Externa	
Década de 1960	
Teoria	1 - "Kant, liberalism and war" (1962)* 2 - "Realities, Assumptions and Simulations" (1968)
Política Internacional	1 - "The stability of a bipolar world" (1964)* 2 - "Contention and management in international relations" (1965)* 3 - "International structure, national force, and the balance of world power" (1967)*
Relações Militares	
Política Externa	1 - "The politics of peace" (1967)* 2 - "Foreign policy and democratic politics: the american and british experience" (1967) 3 - "The politics of british military policy" (1968)
Década de 1970	
Teoria	1 - "Conflict in world politics" (1971)* 2 - "Theory of International Relations" (1975) 3 - "Theory of International Relations" (1979)
Política	1 - The myth of national interdependence (1970)*

¹⁵ O quadro que segue tentou compilar as principais produções de Waltz, conforme o período de publicação e o estilo temático. Para tanto, seguimos a classificação que o autor realiza no livro *Realism and International Politics* (2008), por meio da qual seus trabalhos, entre livros e artigos, são divididos em quatro categorias: Teoria, Política Internacional, Relações Militares e Política Externa. Lembramos que, naquele livro, Waltz classifica 23 de seus principais artigos (marcados com o símbolo asterisco). Para essa análise, acrescentamos outras 24 publicações, a fim de obtermos uma visão mais ampla sobre a produção intelectual de Waltz entre 1950 e 2000

Internacional	2 - "Interdependence in Theory and Practice" (1978)
Relações Militares	1 - "The use of force: military power and international politics" (1971) 2 - "What will the spread of nuclear weapons do to the world?" (1979)
Política Externa	1 - "America's European policy viewed in global perspective" (1974)* 2 - "Foreign Policy: An Anthology of Syllabi" (1970)
Década de 1980	
Teoria	1 - "Reflections on Theory of International Politics: a response to my critics" (1986)* 2 - "The origins of war in neorealist theory" (1988)*
Política Internacional	
Relações Militares	1 - "A Strategy for the rapid deployment force" (1981) 2 - "The spread of nuclear weapons" (1981) 3 - "The central balance and security in Northeast Asia" (1982) 4 - "Toward nuclear peace" (1983)* 5 - "Yes to minimal deterrence, No to abolition" (1988) 6 - "Strategic defenses and the problem of War" (1989)
Política Externa	1 - "Another gap?" (1981)*
Década de 1990	
Teoria	1 - "Realist thought and neorealist theory" (1990)* 2 - "Evaluating theories" (1997)* 3 - "International Politics is Not Foreign Policy" (1996)
Política Internacional	1 - "The emerging structure of international politics" (1993)* 2 - "The new world order" (1993) 3 - "Globalization and governance" (1999)*
Relações Militares	1 - "Nuclear myths and political realities" (1990)* 2 - "On the nature of states and their recourse to violence" (1990) 3 - "The spread of nuclear weapons: a debate" (1995) 4 - "A reply" (to critics of Sagan and Waltz) (1995)* 5 - "Thoughts about virtual nuclear arsenals" (1997)
Política Externa	1 - "America as a model for the world? A foreign policy perspective" (1991)* 2 - "East-West relations after the Cold War" (1997)
Anos 2000	
Teoria	1 - "Thoughts about assaying theories" (2003)*
Política Internacional	1 - "Structural realism after the Cold War" (2000)* 2 - "The continuity of international politics" (2002)*
Relações Militares	1 - "The spread of nuclear weapons: a debate Renewed" (2002) 2 - "NATO's expansion: a realist view" (2000)
Política Externa	

Fonte: elaborado pela autora.

Como vemos, o paralelismo entre as orientações intelectuais de Waltz e a lógica política americana explicita-se especialmente a partir da década de 1970, quando o autor publica seu conhecido livro *Theory of International Politics* e outros artigos que abordam as relações internacionais sob uma perspectiva americana, utilitária e militarizada.

2.3. A ascensão neorrealista em meio ao desfecho bipolar

O afrouxamento das tensões internacionais com o bloco soviético, seguido da crise do petróleo na década de 1970, incentivou o surgimento de novas dinâmicas globais que impulsionaram publicações associadas aos estudos sobre a economia política internacional, sobre os atores transnacionais e os processos de interdependência e cooperação globais. Ou seja, os novos pesquisadores, de forma geral, mostravam-se dispostos a uma ruptura com o quadro militar e estadocêntrico dos objetos de estudo do campo.

Conquanto distinta da perspectiva tradicional do realismo, a elaboração conceitual dessas vertentes – como expuseram os autores neoliberais¹⁶ – foi legitimada pelos mesmos valores científicos que fundaram o neorealismo. Esses valores orientavam-se pela identificação dos condicionantes responsáveis pelas dinâmicas internacionais, a fim de controlar ou evitar as situações similares no futuro. Tal premissa servia à preocupação política de gerenciar a crise, administrando os riscos e otimizando a eficiência em solucionar as disputas (GUZZINI, 1991).

Assim, embora com focos analíticos divergentes, grande parte dos estudos da década de 1970 e início de 1980, como também os programas de pós-graduação em Relações Internacionais das principais universidades americanas, mantiveram a predileção pelo interesse técnico da ciência, investido em teorias orientadas por explicações causais, delegando uma posição secundária às construções metodologicamente direcionadas ao entendimento interpretativo, ou ao viés crítico (BIERSKETER, 2009). Logo, ao passo que tal período tenha possibilitado a abertura do campo das RI à discussão, ele o fez principalmente em termos ontológicos, deixando as questões de natureza metodológicas à parte dos embates.

Como avaliam as pesquisas de Guzzini (1998) e Biersketer (2009), a manutenção dos modelos hipotético-nomológico como preferência metodológica dos teóricos de RI nos EUA deveu-se a consonância desse estilo às contínuas demandas políticas de uma superpotência. Assim, tomados por anseios de “gerenciar”, seja o sistema de poder internacional e/ou a economia mundial, os políticos e intelectuais americanos recorreram às epistemologias racionalistas e positivistas.

To manage is to control, and the responsible “manager” that tries to lead the world needs to understand its dynamics in causal terms. Scholars become engaged in this larger project, not because they all necessarily want to “advise

¹⁶ Dentre esses autores, ver: KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. 1977.; KRASNER, S. (ed) **International Regimes**. New York: Cornell University Press, 1983.; HASS, E. **Beyond the Nations State**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

the Prince” (...), but because they tend to share the assumptions of the political leadership that the world needs to be managed, that we should conceptualize and address issues on a global scale, and that it is important to try to make the world a better place. Causal models and arguments serve this function, and the academy is actively engaged in their production. (BIERSKETER, 2009, p. 323).

Ademais, cabe ressaltar sobre o período imediatamente posterior à publicação de *Theory of International Politics* (1979), pois nele se assistiu o recrudescimento das tensões bélicas, que esfriaram os postulados interdependentistas inaugurados anteriormente. Dessa forma, podemos analisar a teoria neorrealista inaugurada na TIP como resultado de uma soma entre passado e presente, na qual os princípios da *realpolitik* do realismo clássico (política de poder) são reunidos aos elementos epistemológicos e metódicos de um debate nacional que lhe era contemporâneo (década de 1960 e 1970).

Como apresentado, a fase de ascensão da produção neorrealista representou, simultaneamente, um período de descenso da influência metodológica europeia na disciplina das RI nos EUA, e de ascensão das vertentes liberais. Ou seja, iniciou-se um movimento na contramão da década de 1940, quando a presença de europeus no cenário intelectual americano – como Morgenthau, Carr e Aron – facilitou a inserção da tradição continental na área, mesclando a investigação pragmatista do país com questões de viés mais teórico, histórico e filosófico. Distintamente, a geração da segunda metade do século XX, na qual Waltz se insere, buscou reconstruir o campo sob premissas metodológicas mais rígidas, possivelmente acompanhando os passos das demais ciências sociais americanas e das demandas institucionais da nação:

Although the Realpolitik tradition was the main import from Europe, this is not simply the story of "the fall of realism": Waltz's realism is (in this sense) liberal realism and very much an Americanized form of theory. Neorealism's microeconomic reformulation of realism is probably the clearest example of de-Europeanization. Liberalism has become the shared premise of American mainstream rationalism (WÆVER, 1998, p. 722).

Como conclui Steve Smith, tais parâmetros foram generalizados entre o *mainstream* da disciplina nos EUA, de modo que nessa comunidade “the central feature is the dominance of rationalism, with an emerging consensus around rational choice theory as a method, and this has the powerful effect of defining what counts as acceptable scholarship” (2002, p.81). Nesse contexto, insere-se a escolha de Waltz por estratégias explicativas da microeconomia como caminho metódico eficaz para se isolar o domínio da PI e, assim, torná-la um campo de estudo autônomo com relação às demais áreas das ciências sociais.

Dessa forma, a herança científica prescrita no neorealismo sustentou a definição da estrutura internacional enquanto variável independente, cujo potencial explanatório adviria de sua capacidade em reduzir a diversidade dos condicionantes sociais a uma lógica causal sistêmica e desveladora dos comportamentos e resultados sincrônicos do sistema. Ou seja, por meio de um tipo de teorização particular sobre a subjetividade, definida pelo modelo do ator racional, Waltz introduz nos estudos da política internacional um modelo de abstração matemático e de um determinismo preditivo, transformando a hipótese sobre o interesse estatal egoísta em um suporte previsível e estável para edificação de uma teoria objetiva da racionalidade sociopolítica.

Assim, o vetor solipsista, mediado pela racionalidade instrumental, catalisa a simplificação da ação social estabelecendo elementos comportamentais fixos e aumentando a possibilidade de antecipação das condutas observadas. Desse modo, ao presumir que os Estados são entidades sensíveis ao custo, isso é, racionais, o autor ativa a sobrevivência enquanto um princípio comportamental sistêmico permanente, valendo-se dele para derivar toda uma cadeia de dinâmicas da anarquia, tomada como postulado generalizante – embora, como exposto, devedora do ambiente científico e político norte-americano.

Em síntese, consistente ao *habitus* do departamento de defesa norte-americano durante grande parte da Guerra Fria, a ciência neorealista dedicou-se a oferecer suporte para a avaliação dos objetivos e dos meios mais eficazes para alcançá-los – de modo que, por outro lado, ela não nos assiste a refletir sobre quais objetivos seriam meritórios, ou mesmo moralmente discutíveis. Assim, o rigor metódico almejado por Waltz fez com que sua produção teórica abstraísse as questões éticas relativas, por exemplo, à justiça social, à normatização do ambiente internacional ou à autoridade política. Logo, enquanto força produtiva, tal saber atua no reforço daquela tecnocracia disposta pelos aparatos sociais, reduzindo as questões práticas ao fim do progresso técnico-científico.

Ao longo do século XX, esse processo de racionalização do discurso foi bastante analisado pelos autores da Escola de Frankfurt, os quais viram na emergência do capitalismo (e da sociedade moderna) a sedimentação do fundamento social necessário para a articulação metodológica de um interesse científico investido na dominação. Isso porque, a elevação da orientação instrumental (arquiteta da esfera econômica liberal e da sociabilidade competitiva) como sendo único substrato da ação social resulta em teorias

erigidas sob pilares de uma ordem política burocratizada e tendente ao entendimento a-histórico de suas estruturas.

Nesse sentido, fechamos nossa análise com a reflexão sobre como “um discurso metódico, teórico, científico pode ser ideológico, não por seu intrínseco desenvolvimento, mas por sua pretensão, por seu ponto de partida, por seu projeto, pelo fato de servir de mediação a um contexto que o explica e que marca seu sentido” (DUSSEL, 1977, p.170-171). Portanto, o presente trabalho buscou interpretar as escolhas teóricas de Waltz (como o modelo estruturalista, a ontologia materialista e o quadro teórico da escolha racional) como processos inseridos nos valores científicos da sociedade americana, catalisados especialmente por meio da linguagem econômica e tecnocrata prevalente nas instituições políticas e sociais do país durante a Guerra Fria.

Dessa forma, embora situados no âmbito teórico-metodológico, os princípios adotados por aquela teoria espelham uma aceção particular de ciência, a qual desenvolve uma perspectiva específica de organização social - normativamente localizada. Dessa forma, os ecos prescritivos da teoria lançam questões sobre as relações de poder que impulsionam a legitimação e manutenção do aporte teórico neorrealista como discurso central para a formulação da imaginação política sobre as relações internacionais, em especial nas academias da América latina, onde há uma espécie de colonialismo intelectual¹⁷.

Portanto, desde um olhar crítico, a análise desses aportes teóricos tradicionais ganha importância ímpar para os pesquisadores situados abaixo do equador, uma vez que experimentam os efeitos deletérios de tal cercamento universalizante, relacionados ao silenciamento epistêmico de suas idiocracias. Ou seja, com esse estudo destacam-se os riscos de se encarar os estandartes expostos no realismo estrutural como sendo trans-históricos e transculturais, visto que objetificam uma determinada concepção de sociedade, de ciência e de política.

Considerações Finais

Esse artigo buscou investigar, por meio de uma sociologia do conhecimento, o caráter existencial originário dos conceitos chave do neorrealismo. Desse modo, captamos

¹⁷ Ver TICKNER, Arlene B.; CEPEDA, Carolina.; BERNAL, José Luis (2013). Enseñanza, Investigación y Política Internacional (TRIP) en América Latina, BJIR, Marília, vol.2, n.1, p.6-47.

um paralelo entre o “mundo social” estudado pelo neorrealismo (suas entidades e processos ontológicos) e a agenda político-social da nação americana na segunda metade do século XX. Em conjunto, concluímos sobre a aproximação entre a base teórica do neorrealismo, pautada no critério pragmático de utilidade instrumental, e os valores emanados da sociedade americana e de seus correlatos acadêmicos durante aquele período.

Destarte, a produção de Waltz origina-se num período em que a sociedade americana experimentava mais intensamente a transferência de um modelo característico da economia de mercado para a organização pública. Nesse sentido, os desenvolvimentos da dimensão econômica passam a ter um papel mais abrangente, “incorporando esferas anteriormente pensadas como portadoras de características soberanas” (CARVALHO, 2006, p.15-16). A aceção de um raciocínio instrumental, envolto num substrato social competitivo, comum à tendência individualista da economia de mercado, e ao pensamento liberal, é reportada ao modelo teórico neorrealista que então participa de um debate amplo no interior do liberalismo, a respeito da possibilidade de uma sociedade [no caso, do sistema internacional] autorregulada (CARVALHO, 2006).

Assim, enquanto a teoria neorrealista de Waltz argumenta sobre a natureza objetiva de suas proposições, sua *narrativa* possui imperativos normativos expressos na descrição do que seria a realidade internacional, bem como dispõe prescrições políticas aos atores, ao estabelecer os comportamentos prováveis relacionados à racionalidade instrumental e à política de poder. Tais características associadas às escolhas metódicas do neorrealismo expõem os limites políticos da teoria, subvertendo a proposição sobre leis generalizantes.

Como defendem alguns teóricos críticos (COX, 1981; ASHLEY, 1981, 1984; RUGGIE, 1983), a noção de estrutura política internacional, que o neorrealismo descreve como sendo o padrão universal ou permanente, constituiria, pelo contrário, a consequência de condições históricas específicas (a Guerra Fria). Entrementes, despontam a potencialidade crítica das análises acerca das implicações ontológicas advindas da qualidade a-histórica do conceito sobre a estrutura política internacional neorrealista, o qual é descontextualizado em favor da elaboração de causas e efeitos gerais e de prescrições teóricas tomadas como objetivas, embora possuam uma normatividade constitutiva relacionada ao vocabulário das instituições modernas, incrementadas pela emergência das economias de mercado, e pela política externa na Guerra Fria

Portanto, a confluência entre as escolhas metodológicas e ontológicas do neorrealismo e o mundo da ação social que ele informa justifica a resistência dessa corrente às ações que procurem romper os limites impostos por sua tradição, às quais o neorrealismo responde com o comumente e contundente: “não sejam irracionais”. Afinal, o mundo à parte da lógica operativa da razão científica é compreendido como compêndio idealista, capaz de arruinar a ordem posta. Assim, como sugeriu Ashley, é importante captarmos a compatibilidade entre a racionalidade científica e a manutenção da “política de poder”, afinal, “reducing reason to purposive rationality, gauging action solely in terms of the efficiency of means, and one-sidedly concentrating on the ‘is’ realists are ‘scientific men’” (ASHLEY, 1981, p. 235).

Por conseguinte, reforça-se a consistência entre a proposta teórica neorrealista e a imaginação política de uma superpotência. Afinal, por se propor a orientar o exercício eficiente do controle sobre o desenho anárquico vigente e ao negar a possibilidade dos atores ordenarem o mundo de outra forma senão a disposta por tal estrutura, a teoria neorrealista torna-se bastante atrativa à audiência dos Estados centrais e privilegiados pelo *status-quo*. Deste modo, a base técnica oferecida pela teoria neorrealista poderá manter-se prevalente, mesmo com os desenvolvimentos práticos contemporâneos, na medida em que, como advertiu Ashley, “as long as at least some powers find guidance in the theory, grasp objective forces identified in it, and, wielding these forces, bend others to the system within which their own success is assured, the technical theoretical base of realism proves itself in its own terms (ASHLEY, 1981, p.225).

Portanto, tal questão torna-se especialmente problemática quando vinculada à expansão hegemônica das concepções acadêmicas norte-americanas (dado a força política do país, o escopo de sua comunidade acadêmica, e a predominância editorial de seus jornais e revistas) a ponto de pressionarem uma extensão espacial desses pressupostos às demais comunidades acadêmicas do globo. Os efeitos decorrentes da ampliação irrefletida dos pressupostos neorrealistas merecem atenção, uma vez que, por expressarem uma realidade social e acadêmica particular, sua expansão para os demais países constituiria não raro um ato político. E, com isso, o *mainstream* da disciplina nos EUA tende a dispor questões nem sempre convergentes com a agenda política de outras comunidades;

Thus gender inequalities are either domestic politics or private or both, and questions of migration, the environment, human rights and cultural clashes either are seen as falling outside the core of the discipline or are features to be studied according to the canon of the social science enterprise, which thereby

reconstitutes them as atomistic and external. Similarly, the massive economic inequalities in the world are seen as having to do with the discipline of economics, or as falling into the field of domestic politics or development (SMITH, 2002, p. 82).

Por fim, acredita-se que a perspectiva sociológica aplicada nesse artigo expõe a importância dos atores e intelectuais externos ao contexto norte-americano “reflect upon just how much of what are assumed by U.S. scholars to be global, timeless patterns, experiences, or universalizing tendencies are in fact the product of a particular American concern and perspective at a given point in time (BIERSTEKER, 2009, p. 321). Ou seja, a necessidade de repensarmos criticamente o conteúdo de nossa agenda de estudos, sobretudo quando se trata da manutenção de uma concepção de política muitas vezes em descompasso com as demandas contemporâneas dos países menos desenvolvidos. Afinal, embora confluyente com o período da Guerra Fria, esse discurso parece perder fôlego analítico frente a um quadro político diverso e cada vez mais necessitado de uma retomada humanista.

Como reclama Walker (1993), nas condições atuais em que experimentamos reincidências à violência - somadas às novas formas de inclusão e exclusão advindas das tecnologias de produção, das quais segue também a fragilidade do meio ambiente - torna-se inquestionável a urgência do debate sobre tais aspectos práticos em escala global. Para tanto, faz-se necessário um aparato teórico capaz de interpretar (e, para isso, reconhecer) tais dinâmicas – geralmente atribuídas às agendas públicas dos países menos desenvolvidos – bem como absorver a natureza ético-político dessa discussão. Todavia, a base intelectual provida pelo neorrealismo soa-nos insuficiente para sustentar a reconexão entre política e moralidade, ou mesmo para um repensar ontológico sobre os *outros* sujeitos. Nesse sentido, torna-se cada vez mais relevante a emergência das novas correntes que admitam a “potencialidade em um sistema sociopolítico não instrumental, criado por uma socialização reflexiva sobre crenças ou normas diversificadas” (CARVALHO, 2006, p.235).

Referências

ALKER, Hayward; BIERSTEKER, Thomas. (1984) The Dialectics of World Order: Notes for an Archeologist of International Savoir Faire. *International Studies Quarterly*, Vol. 28, Nº. 2, p.121-142.

AMADAE, S.M. (2003) *Rationalizing capitalist democracy: the Cold War origins of rational choice liberalism*. Chicago: The University of Chicago Press.

ASHLEY, Richard. (1981) Political Realism and Human Interest. *International Studies Quarterly*, Vol. 25, Nº. 2, p. 204-236.

ASHLEY, Richard K. (1986) The Poverty of Neorealism. In: KEOHANE, Robert O. (Ed). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, p. 255-300.

BIERSTEKER, Thomas. J. (2009) The parochialism of hegemony: challenges for “American” International Relations. In: TICKNER, Arlene B.; WÆVER, Ole. (Eds). *International Relations Scholarship Around The World*. London and New York: Routledge, p. 308-327.

BLOOR, David. (1997) Remember the Strong Program? *Science, Technology, & Human Values*, Vol. 22, Nº. 3, p. 373-385.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. *A Escolha Racional como Teoria Social e Política: uma Interpretação Crítica*. 2006. 258f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2006

COX, Robert. W. (1981) Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 10, p.126-155.

DAHRENDORF, Ralf. (2006) Enlightenment Applied, Enlightenment Betrayed: a story of liberty under pressure. *CHI Bulletin*, Nº. 39, p. 15-22.

DUSEEL, Enrique. (1977) *Filosofia da Libertação*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola/UNIMEP.

ELIAS, Norbert. (2008) Sociologia Do Conhecimento: Novas Perspectivas. *Sociedade e Estado*, Vol.23, Nº.3, p.515-554.

GALTUNG, Johan.(1981) Structure, culture, and intellectual style: an essay comparing saxononic, teutonic, gallic and nipponic approaches. *Social Science Information*, Vol. 20, Nº. 6, p.817-856.

GOLDMAN, Harvey. (1994) From Social Theory to Sociology of Knowledge and Back: Karl Mannheim and the Sociology of Intellectual Knowledge Production. *Sociological Theory*, Vol. 12, Nº. 3, p. 266-278.

GORDON, Scott. (1991) *The history and philosophy of social science*. London: Routledge, 704 p.

GUZZINI, Stefano. (1998) *Realism in International Relations and International Political Economy: the continuing Story of a Death Foretold*. New York and London: Routledge, 272 p.

HOFFMANN, Stanley.(1977) An American Social Science: International Relations. *Daedalus*, Vol.106, Nº. 3, p. 41-60.

LASSWELL, Harold. (1951) The policy orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold (eds.) *The Policy Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, p. 3-15.

MANNHEIM, Karl. (1980) On the Sociological Determination of Methodology. *The Canadian Journal of Sociology*, Vol. 5, Nº. 4, p. 413-432.

RUGGIE, John Gerard. (1993) Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations. *International Organization*, Vol.47, Nº.1, p. 146.

SHILS, Edward. (1970) Tradition, Ecology and Institution in the History of Sociology. *Daedalus*, Vol. 99, p. 760-825.

SMITH, Steve. (2002) The United States and the Discipline of International Relations: Hegemonic country, hegemonic discipline. *International Studies Review*, Vol.4, Nº.2, p. 67-85

WÆVER, Ole. (1998) The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, Vol. 52, Nº. 4, p. 687-727.

WAGNER, Peter; WEISS, Carol; WITTROCK, Björn; WOLLMANN, Hellmut. (1991) The policy orientation: legacy and promise. In: _____. (Eds). *Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*. Cambridge University Press, p. 2-28.

WAGNER, Peter; WITTROCK, Björn; WOLLMANN, Hellmut. (1991) Social Science and the modern state: policy knowledge and political institutions in Western Europe and the United States. In: WAGNER, Peter et. al (Eds). *Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*. Cambridge University Press. p. 28-85.

WALTZ, Kenneth N. (1959) *Man, the state and war: A theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 263 p.

_____. The stability of a bipolar world. (1964) *Daedalus*, Vol. 9, Nº.3, p.881-909.

_____. *Theory of International Politics*. (1979) New York: McGraw-Hill, 256 p.

_____. The Emerging Structure of International Politics. (1993) *International Security*, Vol. 18, Nº. 2, p.44-79.

_____. *Realism and International Politics*. (2008) New York: Routledge, 384 p.

Recebido em: Abril de 2014;
Aprovado em: Março de 2015.